



SERVIÇO MUNICIPAL DE MANUTENÇÃO E LIMPEZA URBANA
AUTARQUIA MUNICIPAL – PIRACICABA - SP

Parecer nº 080/2024/PJ/FMB

Processo administrativo nº 2024/002905

Assunto: Impugnação ao edital da Concorrência nº 05/2023

Trata-se de impugnação ao edital do pregão eletrônico nº 016/2024 (fls. 358/366), cujo objeto consiste na contratação de empresa para a **prestação de serviços de locação de impressoras monocromáticas e policromáticas**.

A parte impugnante alega, em síntese, violação ao caráter competitivo da licitação, em contrariedade ao art. 9º, da Lei nº 14.133/21, devido às especificações técnicas do objeto presentes no termo de referência. Argumenta que poucos fabricantes/fornecedores atendem plenamente às exigências solicitadas e que os produtos que preenchem tais especificações são mais dispendiosos do que outros com características técnicas até superiores. Aduz ainda que a falta de informação sobre a individualização das franquias compromete a eficiência e a transparência do processo licitatório.

A unidade requisitante, por meio do memorando DTI nº 06/2024 (fls. 368/370), sustenta, em resumo, a inexistência de restrição à competitividade do certame em decorrência das especificações técnicas do objeto. Assevera que existem outros fabricantes e modelos que satisfazem as especificações do termo de referência, que não aqueles mencionados pela parte impugnante. No que diz respeito à capacidade de memória RAM exigida, justificou a necessidade com base no considerável volume de impressões, argumentando que equipamentos com capacidade inferior apresentam limitações que comprometem a eficiência desejada. Quanto à franquia, esclareceu que os quantitativos estão detalhados em estudo técnico preliminar e no termo de referência. Adicionalmente, apresentou justificativas relacionadas à necessidade de uma impressora com três bandejas, fundamentadas em uma análise do setor que utilizará o equipamento. Por fim, opinou pelo indeferimento da impugnação.

O Setor de Suprimentos, em manifestação fundamentada de fls. 371/374, decidiu pela improcedência da impugnação. Na sequência, o certame foi suspenso (fls. 378).

É o que cabia relatar.

A impugnação é o meio pelo qual particulares e licitantes podem provocar a revisão ou a supressão de uma condição prevista no edital, sob o argumento de que ela não respeita a ordem jurídica vigente. É em razão da eventual existência de uma ilegalidade que se justifica a impugnação.



SERVIÇO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS DO ECOSISTEMA
AUTARQUIA MUNICIPAL – PIRACICABA - SP

O art. 164 da Lei Federal n.º 14.133/21 assim prescreve:

Art. 164. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar o edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame.

Nesse sentido, fixou o edital do certame:

5.1. Qualquer pessoa é parte legítima para apresentar pedido de esclarecimento ou impugnar este Edital, devendo protocolar o pedido, por meio eletrônico, via Sistema, em até 03 (três) dias úteis antes da data fixada para a abertura da sessão pública.

Depreende-se que o pedido foi feito em petição escrita, subscrita e com a identificação da empresa impugnante, dentro do prazo fixado na lei e no edital, uma vez que a data de abertura da sessão estava marcada para 04 de março de 2024 e a impugnação foi protocolada em 27 de fevereiro de 2024 (fls. 357), sendo, portanto, **tempestiva**.

A representação, por outro lado, é irregular.

Conforme o art. 75, inc. VII do Código de Processo Civil, que se aplica supletiva e subsidiariamente aos processos administrativos por força do art. 15 do mesmo diploma legal, a pessoa jurídica é representada por quem os seus atos constitutivos designarem ou, na ausência dessa designação, por seus diretores.

No caso dos autos, observa-se que o impugnante é pessoa jurídica. Contudo, não foram anexados à impugnação o estatuto social da empresa ou uma procuração em nome do subscritor da peça. Também não há notícia de que o subscritor é diretor da pessoa jurídica representada. Nesse sentido, a ausência da referida documentação impossibilita a verificação da sua legitimidade como representante legal da empresa.

É válido ressaltar, todavia, que o art. 164 da Lei nº 14.133/21 admite a impugnação por qualquer pessoa, seja ela física ou jurídica, licitante ou não licitante.

Assim, dada a ampla legitimidade conferida pela lei para impugnar o edital, entendo que a impugnação deve ser conhecida em nome da pessoa física do impugnante, relevando-se a referida irregularidade formal.



SERVIÇO MUNICIPAL DE MANUTENÇÃO E LIMPEZA URBANA
AUTARQUIA MUNICIPAL – PIRACICABA - SP

Ante o exposto, opinamos pelo seu conhecimento.

No mérito, acompanhamos as decisões anteriores, ratificando a **improcedência da impugnação**.

No que concerne ao juízo administrativo de mérito na escolha das especificações técnicas das impressoras, o Memorando DTI 06/2024 de fls. 368/370 motivou a opção de forma criteriosa e objetiva, demonstrando a necessidade e a adequação das especificações técnicas.

Do ponto de vista jurídico, é fundamental ressaltar que a interpretação das normas que restringem a participação dos licitantes deve ser restritiva, em consonância com o princípio da interpretação em favor da competitividade da licitação.

Por conseguinte, é fundamental impor apenas as exigências estritamente necessárias para a execução do contrato, seja por imposição legal ou pela necessidade de garantir a qualidade mínima do objeto contratual. De outro lado, não se pode exigir que a Administração, em nome da ampliação da competitividade, utilize licitações que resultem em contratações de serviços que não atendam aos objetivos esperados.

A questão em debate é eminentemente técnica e, dentro das diretrizes supracitadas, não há impedimento jurídico para a manutenção das condições exigidas, sobretudo porque não demonstrada, de forma concreta, a impertinência das especificações.

Em relação à alegação de ausência de fabricantes/modelos no mercado que satisfaçam às exigências, a unidade requisitante esclareceu que *“em breve pesquisa, foi identificado que existem outros modelos de fabricantes citados no documento que atendem as especificações solicitadas – notadamente equipamento de performance superior ao apontado”*.

Vale observar, ainda, que a parte impugnante não apresentou qualquer documento para corroborar suas alegações, o que sobreleva a presunção de legitimidade e veracidade do ato administrativo em questão.

Quanto à necessidade de maior capacidade de memória RAM, a unidade bem justificou a exigência, embasando-se em subsídios fornecidos pela área que utilizará o equipamento, a qual afirmou que, devido ao grande volume de impressões, equipamentos com pouca memória possuem limitações indesejáveis, justificando assim a necessidade de uma capacidade maior.

goo.gl/maps/1Vgb59zaaFgJV3en8

semaepiracicaba.sp.gov.br

019 – 3403-



SERVIÇO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA E MEIO AMBIENTE
AUTARQUIA MUNICIPAL – PIRACICABA - SP

Em relação a unificação das franquias, o estudo técnico preliminar informa os quantitativos estimados, assim como o termo de referência. Nada obstante, a alegação não demonstra prejuízo a formulação da proposta.

Diante do exposto e considerando as manifestações que nos precedem, restrito aos aspectos jurídicos da matéria, **recomenda-se o julgamento de improcedência da impugnação.**

É o parecer, *sub censura*.

Piracicaba/SP, 08 de março de 2024.

Felipe Milani Baldan
Procurador Jurídico

Danielle Pacheco de Souza Santim
Procurador Jurídico Chefe

goo.gl/maps/1Vgb59zaaFgJV3en8

semaepiracicaba.sp.gov.br

019 – 3403-



Assinaturas do documento

"Parecer jurídico"



Código para verificação: **3ZQ7JGYE**

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários:



DANIELLE PACHECO DE SOUZA SANTIM (CPF: 177.XXX.448-XX)

Emitido por: "SolarBPM", emitido em 23/11/2023 - 16:19:13 e válido até 23/11/2123 - 16:19:13.

(Assinatura do sistema)



FELIPE MILANI BALDAN (CPF: 410.XXX.428-XX)

Emitido por: "SolarBPM", emitido em 04/07/2023 - 11:49:02 e válido até 04/07/2123 - 11:49:02.

(Assinatura do sistema)

Para verificar a autenticidade desta cópia, acesse o link

<https://sempapel.piracicaba.sp.gov.br/atendimento/conferenciaDocumentos> e informe o processo **SEMAE**

2024/002905 e o código **3ZQ7JGYE** ou aponte a câmera para o QR Code presente nesta página para realizar a conferência.